「PANORAMA REGIONAL」

Educação secundária

SITEAL EDUCAÇÃO BÁSICA

unesco

RT DESKTOP Infografía

1. Contexto da educação secundária

2. Introdução

O nível secundário é o terceiro dos níveis dos sistemas nacionais de educação. Integra os programas educacionais que compõem a secundária inferior (CINE 2) e a secundária superior (CINE 3) na Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) desenvolvida pela UNESCO. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, assinada pelos países-membros das Nações Unidas (ONU) em 2015, contempla o nível secundário no ODS 4, que promove a "garantia de uma educação inclusiva e equitativa de qualidade e a promoção de oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos". Nas metas para atingir esse objetivo, os Estados são instados a "garantir que todas as meninas e meninos concluam a educação primária e secundária, que deve ser gratuita, equitativa e de qualidade e produzir resultados de aprendizagem relevantes e eficazes".

Essas metas representam desafios importantes para a América Latina. Embora desde os anos 90, e especialmente durante a primeira década do século 21, a maioria dos países da região tenha aprovado leis que aumentaram o número de anos do período de educação obrigatória em geral, e da educação secundária em particular, ampliando a oferta educacional e a inclusão de setores outrora postergados, alguns estudos constatam uma certa estagnação na massificação do nível secundário (IIPE/CLADE, 2021). Nesse contexto, torna-se relevante analisar as tendências desse nível na região. O nível foi o que mais passou por mudanças nos últimos tempos. E, na medida em que se avança em termos de sua obrigatoriedade, continua sendo objeto de intervenção de múltiplas e simultâneas políticas educacionais que buscam incidir sobre o acesso, a permanência, a conclusão e a qualidade da aprendizagem obtida.

A situação contemporânea do nível secundário pode ser descrita como uma tensão constante entre sua demanda contínua por expansão e o modelo institucional tradicional a partir do qual foi instituído. Desde suas origens, o nível secundário foi concebido como um modelo de elite, para poucos, como um trampolim para o ingresso na universidade. Em contraste, hoje, e como resultado das recentes mudanças na legislação educacional em muitos países da região, o acesso à educação secundária é majoritariamente entendido como um direito de todas as pessoas jovens. De fato, com exceção da Nicarágua, a secundária inferior está incluída no período de escolaridade obrigatória em todos os países da América Latina. Nesse contexto, a matriz original se vê tensionada e requer mudanças profundas para enfrentar o desafio de continuar a expansão da educação secundária e sustentar trajetórias bem-sucedidas para todos os adolescentes e jovens que ingressam nesse nível de escolaridade.

Considerando essas ideias preliminares, a primeira seção de análise abordada neste documento refere-se à caracterização do nível secundário em termos de sua **estrutura normativa e configuração organizacional** nos diferentes países que compõem a região. Alguns aspectos considerados nessa caracterização referem-se à sua denominação em cada país, às regulamentações mais recentes de organização, ao seu caráter obrigatório total ou parcial, às suas orientações e modalidades, entre outros aspectos.

A segunda seção do documento apresenta as **principais políticas para a educação secundária** desenvolvidas recentemente na região. Faz-se referência a quatro tipos de políticas educacionais: mudança curricular e incorporação de novos conhecimentos no currículo escolar; intervenções de reconfiguração recentes do formato escolar do nível secundário (aquelas políticas ou programas que implicam mudanças em aspectos relacionados à organização institucional do nível); políticas de fortalecimento da demanda (ações para ampliar as oportunidades de acesso, permanência e graduação); políticas planejadas para a melhoria da infraestrutura e equipamentos.

Uma terceira seção do documento apresenta um **panorama regional em dados**, referente às trajetórias escolares nesse nível nos países da região. Em particular, essa caracterização supõe uma descrição dos indicadores de acesso, repetência, permanência e formação dentro do prazo, cruzada com variáveis de caracterização da população em termos de local de residência (urbano/rural) e renda, de acordo com os últimos dados disponíveis no SITEAL.

Para encerrar, é apresentada uma seção intitulada **Tendências e desafios para a educação secundária na região,** referente a uma análise reflexiva em termos de avanços e dívidas para o nível.

3. Estrutura normativa e institucional

Conforme mencionado na introdução, a secundária é a terceira etapa dos sistemas nacionais de educação. A idade de referência varia, segundo o país, de 11 a 17 anos de idade (ver Tabela 1). O sistema de Classificação Internacional Normalizada da Educação (CINE) elaborado pela UNESCO divide o nível em dois períodos: a secundária inferior (CINE 2) e a secundária superior (CINE 3). No entanto, a configuração organizacional varia em cada país.

O requisito para ingressar na secundária inferior é ter concluído e ter sido aprovado no nível primário. Os programas educacionais da secundária inferior geralmente são voltados para o reforço das aprendizagens do nível primário. Em geral, duram três anos. Suas competências estabelecem a base para o desenvolvimento humano e a aprendizagem ao longo da vida. Normalmente, se apoiam em disciplinas ministradas por professores que receberam formação pedagógica em conteúdos específicos. Cada grupo de estudantes costuma ter vários professores especializados. Em alguns países, os programas educacionais da secundária inferior também incluem conteúdos vocacionais.

O pré-requisito para o acesso aos programas educacionais classificados pela UNESCO, como a secundária superior (CINE 3), é ter concluído a secundária inferior. O propósito da secundária superior é garantir que os adolescentes e jovens tenham o conhecimento necessário para transitar essa etapa de suas vidas e possam se desenvolver nas etapas seguintes, seja a continuação de seus estudos no nível superior ou a entrada no mercado de trabalho ou na vida em comunidade. Em geral, têm uma duração de três anos. Uma característica marcante desses programas é que, em comparação com o período anterior, a diversificação e a especialização do conteúdo curricular são acentuadas. É frequente que os professores sejam formados e especializados em matérias e campos de conhecimento específicos.

A configuração organizacional da educação secundária não é homogênea na região. Considerando as diferentes denominações oficiais, há países em que a secundária ocupa dois anos teóricos de duração (como El Salvador e Honduras) ou três (como Paraguai e o ensino médio no Brasil), e outros com uma duração que chega a seis anos (como Argentina e Uruguai). As variações existentes entre os países também envolvem a organização do nível em um único período homogêneo (como Bolívia, Nicarágua, Peru e Venezuela) e, em outros casos, a divisão do nível em dois períodos (secundário inferior e superior – que adquirem diferentes denominações em cada caso –, como acontece na Argentina, Colômbia, Cuba, República Dominicana e Uruguai). Considerando a classificação CINE da UNESCO, é possível observar que muitos dos países da região têm um período do CINE 2 incluído como a última parte da educação básica (por exemplo, Brasil, El Salvador, Honduras e Paraguai). Essa heterogeneidade pode ser vista em detalhe na Tabela 1. Tabela 1. Estrutura do nível secundário e obrigatoriedade do nível por país, 2021

As leis aprovadas no início do século 21 na América Latina resultaram no surgimento de sistemas educacionais profundamente diferentes daqueles regulamentados no final do século 19 e em boa parte do século 20. A escola secundária deixou de ser uma instituição seletiva, à qual apenas uma parcela

minoritária da população com fins específicos tinha acesso, geralmente ligados à sua função propedêutica, para se tornar um nível educacional de crescente alcance universal. A nova legislação em muitos países da região buscou promover a construção de um nível secundário que pudesse responder às demandas de acesso, permanência e graduação. Além das mudanças propostas para a configuração institucional do nível, o aspecto mais transcendental que se instalou refere-se ao aumento dos anos de obrigatoriedade escolar e ao alcance da educação secundária. Os novos marcos jurídicos aspiram a um processo de universalização em relação ao acesso e à sustentabilidade das trajetórias, o que poderia ser considerado um efeito direto da extensão da obrigatoriedade do nível secundário (Acosta, 2021).

Atualmente, todos os países da região contam com a obrigatoriedade da educação secundária inferior, com exceção da Nicarágua. Além disso, 13 dos 19 países ampliaram a obrigatoriedade do período superior (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, Equador, Honduras, México, Paraguai, Peru, República Dominicana, Uruguai e Venezuela). A Tabela 2 apresenta mais informações a respeito. PT Cuadro 2. Configuración organizacional de la educación secundaria en países de la región según legislación vigente, año de sanción, denominación del nivel secundaria, modalidades del nivel y orientaciones curriculares

4. Caracterização das políticas

Esta seção faz referência a quatro tipos de políticas educacionais que podem ser identificadas nos países da região e que refletem as prioridades dos Estados ao intervir no sistema educacional. Em primeiro lugar, agrupamos as políticas associadas à mudança curricular e à incorporação de novos conhecimentos ao currículo escolar. São intervenções que buscam renovar os conteúdos do nível médio, procurando aproximá-los dos interesses dos estudantes e dos saberes próprios das culturas que compõem cada país. Em segundo lugar, esta seção faz referência a um grupo de políticas vinculadas à recente reconfiguração da secundária, particularmente aquelas relacionadas à organização institucional. Um terceiro grupo de políticas está vinculado ao fortalecimento da demanda e de acompanhamento às trajetórias dos estudantes da secundária a partir da transferência de recursos monetários ou de outro tipo. Essas políticas buscam compensar as desigualdades respectivas ao ponto de partida de cada estudante, que são estratégicas em uma região historicamente atravessada por lacunas significativas de desigualdade. Para encerrar esta seção, incluímos uma seleção de políticas para o aprimoramento da infraestrutura, equipamentos e dotação de tecnologia no nível.

4.1. Políticas de mudanças curriculares

Uma das dimensões abordadas pela política educacional da região visa a mudanças curriculares com o objetivo de renovar os conteúdos e as práticas pedagógicas desenvolvidas no nível secundário. Em termos gerais, essas políticas de mudança curricular buscam a relevância da educação (em termos de interesses estudantis); a incorporação do conhecimento dos povos indígenas e de novos saberes próprios da sociedade do conhecimento; e a construção de um currículo que responda ao desafio de incluir a diversidade de estudantes, o exercício da cidadania e o desenvolvimento sustentável.

Um exemplo são as Novas Bases Curriculares 2020 no Chile (com uma reorganização curricular para que os estudantes possam escolher disciplinas de acordo com seus interesses). O caso da Bolívia também merece uma menção especial, com a construção do currículo para a educação secundária comunitária produtiva, processo que envolveu uma reorganização curricular com uma perspectiva comunitária, intercultural, multilíngue e produtiva. Por sua vez, a Costa Rica está implementando uma política chamada "A pessoa: centro do processo educacional e sujeito transformador da sociedade",

que aponta para uma transformação curricular pensada por uma perspectiva humanista, de respeito à diversidade, ao multiculturalismo e aos valores. Desde 2018, El Salvador também vem implementando um programa de mudança curricular: o programa Desenvolvimento de um Currículo Pertinente e Geração de Aprendizagem Significativa, com mudanças específicas em algumas matérias no nível médio. O Equador construiu o Novo Currículo para o *Bachillerato* Unificado, com maior ênfase nas disciplinas clássicas (Língua e Literatura, Matemática, Ciências Naturais e Sociais, Educação Artística e Educação Física). Esses e outros exemplos são apresentados na Tabela 3. PT Cuadro 3. Políticas de cambio curricular seleccionadas en los países de la región

4.2. Políticas voltadas para a transformação do formato escolar tradicional

Além da organização acadêmica formal, várias tentativas nos últimos anos buscaram intervir na estrutura organizacional do nível na região, que se refletem em políticas de flexibilização do regime acadêmico, ampliação do tempo escolar, uso de espaços "educativos" fora da instituição escolar, entre outros aspectos substanciais. Experiências como a Secundária Federal 2030 na Argentina, os liceus de tempo integral no Uruguai, o Programa de Subvenção Escolar Prioritário no Chile, a jornada escolar completa para os colégios do nível médio no Peru, a Escola Secundária Comunitária Produtiva na Bolívia ou o sistema mexicano de educação dual, entre muitas outras, são exemplos contemporâneos da busca pela transformação das escolas secundárias para projetar experiências escolares comuns, mas flexíveis, que possam acomodar a diversidade e as particularidades do corpo discente. PT Cuadro 4. Selección de políticas orientadas a la transformación del formato escolar tradicional, según país

Além desses programas ou políticas, no âmbito da vida escolar cotidiana, diversos países da região estão buscando desenvolver ações que permitam **manter as trajetórias escolares** dos estudantes. Essas ações buscam, por meio de diferentes modalidades e intensidades de intervenção, reduzir a evasão escolar. Entre essas iniciativas, podem ser mencionadas as seguintes:

- Espaços de reforço acadêmico para compensar as aprendizagens que não foram alcançadas em uma determinada disciplina. Isso pode incluir as ações desenvolvidas em um "espaço pedagógico inclusivo" ou tutorias pedagógicas nos liceus uruguaios, as tutorias acadêmicas dos colégios peruanos ou as aulas de reforço dos liceus chilenos.

- Ações de aceleração da aprendizagem para compensar a escolaridade de estudantes que se identificam com dificuldades de acessar a escolarização. Pode-se considerar aqui o Programa de Nivelação de Aprendizagens do Paraguai para estudantes com idade avançada ou os espaços de trânsito educacional do Uruguai.

- Ações de flexibilização do regime escolar para as mães estudantes (e, em alguns casos, também para os pais estudantes) desenvolvidas nas instituições do nível médio da Argentina (incluindo a instalação de berçários ou maternidades em colégios secundários) e Uruguai (parte do programa de mães estudantes).

- Ações de formação complementar ao tempo escolar, seja no próprio local da escola ou em outros espaços. Nesse tipo de ação, podemos identificar o caso das escolas de verão que se organizam em várias jurisdições na Argentina, nas quais são geradas atividades extracurriculares durante o período de férias escolares, a fim de dar continuidade à formação dos estudantes. Também o Programa Nacional de Coros e Orquestras Infantis e Juvenis do mesmo país, que busca aproximar os estudantes do mundo da música e, assim, consolidar seu vínculo com a instituição de ensino.

Ao mesmo tempo, muitos dos países da região estão buscando criar **alternativas de escolarização** para aqueles que abandonaram o sistema educacional ou vivem em condições de vulnerabilidade social. Essas propostas de formação às vezes envolvem formatos inovadores e flexíveis de cursos presenciais, organizados de forma complementar ao sistema de educação formal regular. Em outros casos, são propostas de ensino à distância, baseadas em mediações tecnológicas que permitem cursos síncronos ou assíncronos. Essas experiências incluem o Programa de Atenção Modular Multigraduada para a Educação Secundária Comunitária Produtiva na Bolívia, o Programa Salas de Aula Comunitárias no Uruguai, o *Telebachillerato* no México, a Educação Média Aberta no Paraguai e a Missão Ribas na Venezuela, entre muitas outras (consulte a Tabela 5). PT Cuadro 5. Selección de políticas de escolarización alternativa, según país

4.3. Políticas de fortalecimento da demanda dos estudantes no nível

A expansão da educação secundária na região exige o planejamento e a implementação de políticas para estruturar as trajetórias escolares, que coloquem especial foco nos setores vulnerabilizados. Essas políticas envolvem o emprego de diferentes setores do aparato estatal para compensar as desigualdades. As políticas de fortalecimento à demanda têm como objetivo fornecer às famílias recursos econômicos ou bens para apoiar o ingresso e a continuidade da escolarização, especialmente para setores historicamente excluídos. Embora em muitos casos essas políticas não sejam especificamente voltadas para o nível secundário – mas para a educação básica como um todo –, elas são mencionadas no contexto da relevância que adquiriram à luz das recentes transformações do nível.

Há diferentes formas de apoio na região. Em princípio, pode-se fazer uma distinção entre os programas de desenvolvimento social, que são gerenciados além da educação e que têm algum tipo de contraprestação de escolaridade para a continuidade da transferência de recursos. Entre eles, no caso da Argentina, o Auxílio Universal por Filho (AUH) consiste em uma transferência de recursos econômicos para todas as famílias em condições de vulnerabilidade e que tem uma contraprestação de escolaridade que deve ser demonstrada. Os casos do Brasil com o programa "Bolsa Família" ou o caso do Equador com o Benefício de Desenvolvimento Humano do Equador também podem ser mencionados. El Salvador, Honduras e Guatemala instituíram um benefício de apoio para famílias de setores vulneráveis, também com contraprestações que envolvem o cumprimento da escolaridade. Na República Dominicana, o programa "Progresando con Solidaridad" apoia as famílias mais vulneráveis.

Outros tipos de programas de fortalecimento à demanda são geridos pelo âmbito educacional na forma de bolsas ou benefícios destinados a apoiar a escolarização de grupos populacionais em situação de vulnerabilidade social. No caso da Argentina, esse grupo inclui as Bolsas de Apoio à Escolaridade e o Programa "Progresar"; na Bolívia, o Benefício Juancito Pinto; no Brasil, o programa Projovem Integrado; e, no Panamá, a Bolsa Universal. Os casos do Chile e do México se destacam por terem desenvolvido uma ampla diversidade de bolsas de estudo com perfis específicos para estimular a participação no sistema escolar de diferentes setores vulnerabilizados. PT Cuadro 6. Políticas de transferencia de recursos económicos y becas, según país

Além das transferências monetárias, diversos países da região desenvolveram ações de transferência de outros tipos de recursos para fortalecer a demanda escolar. A esse respeito, podem ser destacados os programas de alimentação escolar. Existem também programas nacionais de fornecimento de livros didáticos. Outros recursos distribuídos aos estudantes são os materiais e equipamentos escolares em geral. Nesse sentido, destaca-se o programa de kits escolares do Paraguai, que distribui anualmente bolsas de material escolar a todos os estudantes de instituições públicas, delineadas para cada ano letivo, de acordo com as atividades pedagógicas previstas. Por fim, alguns estados nacionais

desenvolvem programas de distribuição de uniformes escolares. PT Cuadro 7. Políticas de transferencia de recursos a estudiantes y familias

4.4. Políticas para a melhoria da infraestrutura, equipamentos e dotação de tecnologia

Há vários anos, a escola secundária está em plena expansão na região, incorporando um número crescente de estudantes de diferentes setores sociais, tanto urbanos quanto periurbanos e rurais. Para que essa inclusão seja possível, é necessário ampliar a infraestrutura escolar e melhorar a dotação dos recursos existentes. A seguir, apresentamos uma seleção de políticas públicas para a expansão e a melhoria da infraestrutura escolar, de seus equipamentos e dos recursos educacionais vinculados às novas tecnologias. Um aspecto importante a ser destacado é que muitas dessas políticas e programas não são exclusivos para o nível secundário. No entanto, foram incluídos dada a sua relevância para esse nível em particular.

As atuais políticas educacionais da região colocam o investimento em infraestrutura escolar como um dos principais compromissos de equidade dos Estados nacionais, na medida em que condiciona a garantia do direito à educação. As pesquisas educacionais concordam com os efeitos positivos da infraestrutura educacional para a obtenção de um bom aprendizado (Claus, 2018). Dada a situação precária da infraestrutura na maioria dos países da região, especialmente nas escolas que atendem populações vulneráveis, o investimento nesse quesito é fundamental, principalmente para acompanhar a expansão do nível. Abaixo, seguem alguns exemplos de políticas para a criação de uma nova infraestrutura escolar. PT Cuadro 8. Selección de políticas de infraestructura y equipamiento, según país

Outro foco importante para o fornecimento de recursos está ligado àqueles relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Em 2015, a Declaração de Qingdao (UNESCO, 2017), resultante da Conferência Internacional sobre TIC e Objetivos Educacionais Pós-2015 organizada pela UNESCO e sua reafirmação em 2017, proporciona as diretrizes para pensar estrategicamente o potencial das TIC para a educação a fim de alcançar especialmente o ODS 4. Esses acordos reconhecem a função das tecnologias digitais como facilitadoras dos sistemas educacionais e seu papel fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, desenvolvam habilidades que permitam construir seus projetos de vida com autonomia e liberdade e os preparem para viver em um mundo cada vez mais complexo (UNESCO, 2017). Várias políticas e programas na região são voltadas para esse aspecto, e são citados no documento eixo de Educação e TIC do SITEAL.

4.5. Políticas para a melhoria da infraestrutura, equipamentos e dotação de tecnologia

Há vários anos, a escola secundária está em plena expansão na região, incorporando um número crescente de estudantes de diferentes setores sociais, tanto urbanos quanto periurbanos e rurais. Para que essa inclusão seja possível, é necessário ampliar a infraestrutura escolar e melhorar a dotação dos recursos existentes. A seguir, apresentamos uma seleção de políticas públicas para a expansão e a melhoria da infraestrutura escolar, de seus equipamentos e dos recursos educacionais vinculados às novas tecnologias. Um aspecto importante a ser destacado é que muitas dessas políticas e programas não são exclusivos para o nível secundário. No entanto, foram incluídos dada a sua relevância para esse nível em particular.

As atuais políticas educacionais da região colocam o investimento em infraestrutura escolar como um dos principais compromissos de equidade dos Estados nacionais, na medida em que condiciona a garantia do direito à educação. As pesquisas educacionais concordam com os efeitos positivos da infraestrutura educacional para a obtenção de um bom aprendizado (Claus, 2018). Dada a situação precária da infraestrutura na maioria dos países da região, especialmente nas escolas que atendem populações vulneráveis, o investimento nesse quesito é fundamental, principalmente para acompanhar a expansão do nível. Abaixo, seguem alguns exemplos de políticas para a criação de uma nova infraestrutura escolar. PT Cuadro 8. Selección de políticas de infraestructura y equipamiento, según país

Outro foco importante para o fornecimento de recursos está ligado àqueles relacionados às novas tecnologias de informação e comunicação (TIC). Em 2015, a Declaração de Qingdao (UNESCO, 2017), resultante da Conferência Internacional sobre TIC e Objetivos Educacionais Pós-2015 organizada pela UNESCO e sua reafirmação em 2017, proporciona as diretrizes para pensar estrategicamente o potencial das TIC para a educação a fim de alcançar especialmente o ODS 4. Esses acordos reconhecem a função das tecnologias digitais como facilitadoras dos sistemas educacionais e seu papel fundamental para garantir que todos os estudantes tenham acesso a uma educação de qualidade, desenvolvam habilidades que permitam construir seus projetos de vida com autonomia e liberdade e os preparem para viver em um mundo cada vez mais complexo (UNESCO, 2017). Várias políticas e programas na região são voltadas para esse aspecto, e são citados no documento eixo de Educação e TIC do SITEAL.

5. Panorama em dados

Esta seção apresenta um panorama regional dos dados estatísticos que permitem um relato dos avanços e das dívidas pendentes com relação à concretização do direito à educação para adolescentes e jovens na região.

Os dados estatísticos disponíveis (considerando o banco de dados de indicadores educacionais do SITEAL) mostram a evolução recente da frequência escolar em nível secundário na América Latina. Como pode ser visto no Gráfico 1, houve uma melhora substancial na taxa líquida ajustada de frequência à secundária em todos os países, superando 70% na maioria dos casos. Entretanto, cabe destacar que o crescimento variou entre os países. PT Gráfico 1. Tasa neta ajustada de asistencia escolar secundaria, selección de países de la región, 2000, 2010 y 2018

Quando se faz a distinção entre a secundária inferior (CINE 2) e superior (CINE 3), a maioria dos países da região (com exceção da Bolívia e do Chile) mostra que a taxa de frequência perde matrículas na transição de um ciclo para o outro. A Colômbia (34%), a Costa Rica (29,6%) e a Argentina (26,75%) registram a maior perda de matrículas (ver Gráfico 2. PT Gráfico 2. Tasa neta ajustada de asistencia escolar secundaria, según secundaria baja y alta, países de la región, 2018

No entanto, as desigualdades também podem ser observadas em cada país. Uma primeira distinção remete ao âmbito rural e urbano. Esse indicador está disponível para todos os países da região, exceto Argentina e Venezuela. De acordo com os últimos dados disponíveis para cada país, é possível estabelecer que o Chile é a única exceção, pois a taxa de frequência no nível secundário nas áreas rurais é 0,4% mais alta do que nas áreas urbanas. No restante dos países da região, a taxa de frequência no nível secundário é menor nas áreas rurais do que nas urbanas.

PT Gráfico 3. Tasa neta ajustada de asistencia escolar secundaria según zona de residencia rural o urbana, selección de países de la región

Outra possível distinção está relacionada ao nível de renda do grupo familiar. Os dados mostram que há uma probabilidade maior de frequentar o nível secundário entre os filhos das famílias com 40% das rendas mais altas (87,7%) do que entre aquelas de 30% com a renda mais baixa (onde a porcentagem cai para 74,6%).

PT Gráfico 4. Tasa neta ajustada de asistencia escolar secundaria según ingresos del grupo familiar, selección de países de la región, 2018

Um aspecto que afeta particularmente a trajetória estudantil no nível secundário é a repetência e as intermitências na frequência às aulas por diferentes motivos (transferências, desvinculação parcial, entrada no mercado de trabalho formal ou informal). Essas alterações nas trajetórias podem ser refletidas na chamada taxa de distorção idade-série (que contempla a porcentagem de estudantes com dois ou mais anos acima da idade teórica correspondente ao nível). A média da região é de 21%. No entanto, em alguns países, ultrapassa 30% (por exemplo, Nicarágua com 32,9% de estudantes com distorção idade-série, Uruguai com 32,65% e Argentina com 31,5%), como pode ser visto no Gráfico 5.

PT Gráfico 5. Porcentaje de estudiantes con dos o más años de sobreedad en secundaria, países de la región, 2018

Por fim, um último aspecto que vale destacar diz respeito à taxa de graduação no nível secundário. Os dados disponíveis permitem comparar a situação no início do século 21 com os dados do final da segunda década do mesmo século, mostrando um avanço significativo na conclusão do ensino médio na maioria dos países . O Brasil, a Bolívia e o Peru se destacam nesse aspecto. No entanto, garantir a conclusão continua sendo um desafio para a região, como pode ser visto nos gráficos 6 e 7. PT Gráfico 6. Tasa de graduación en escuela secundaria en países de la región. Comparación 2000/2001 con 2017/2018 (último dato disponible)

A taxa média regional de conclusão do nível secundário é de aproximadamente 60% dos estudantes. No entanto, isso oculta desigualdades significativas, com alguns países apresentando desempenho bem abaixo dessa média, como mostra o Gráfico 7. PT Gráfico 7. Tasa de graduación en el nivel secundario en países de la región según último dato disponible

6. Tendências e desafios

Nos últimos 20 anos, houve uma expansão significativa da educação secundária na América Latina. Os países da região avançaram na reforma ou promulgação de novas **estruturas normativas** que viabilizam a expansão da escolaridade em geral e da educação secundária em particular, em seus dois ciclos, inferior e superior, mas com foco neste último. A promulgação de leis que aumentaram a quantidade de anos do período de educação obrigatória implicou, por um lado, a ampliação da oferta para a atenção massiva de adolescentes e jovens que antes não frequentavam a escola. Por outro lado, e intimamente ligado a isso, houve uma inclusão progressiva na educação escolar de grupos sociais previamente excluídos do sistema escolar. Ao conferir as mudanças recentes na legislação, podemos observar uma progressão gradual entre o conjunto das leis a esquemas normativos fortemente comprometidos com a educação como um direito fundamental (López, 2015).

Em termos de políticas, a expansão do acesso ao nível secundário na região foi auxiliada por duas estratégias. Em primeiro lugar, a construção de novas escolas, impulsionada pelo avanço do ensino obrigatório. Os Estados da região fizeram esforços significativos para, deste modo, chegar a toda a população, uma decisão que facilita o acesso ao nível, reduzindo assim os longos e custosos deslocamentos dos estudantes para chegar aos estabelecimentos de ensino. Em segundo lugar, a

ampliação das matrículas foi influenciada por políticas destinadas a alterar e remodelar o formato escolar tradicional, que desde o início significou um nível secundário com uma função fundamentalmente propedêutica, pensado para a preparação de uma elite para o ensino superior. Por outro lado, com a expansão da educação obrigatória, ampliou-se o direito à escolarização, dando ao ensino médio um sentido próprio: disponibilizar os saberes comuns para a plena inclusão social e econômica de adolescentes e jovens, mas reconhecendo as diversidades e desigualdades de estudantes e trajetórias, e flexibilizando as modalidades de escolarização.

O compromisso com o direito à educação, que os Estados latino-americanos demonstraram por meio de suas leis gerais de educação e de uma vasta gama de políticas, levou a um avanço significativo – evidenciado pelo aumento das taxas de escolarização e conclusão do nível –, embora ainda seja insuficiente. Na região, apenas metade dos adolescentes consegue concluir o ensino médio, enquanto persistem profundas desigualdades em termos de acesso e permanência no sistema educacional. Certos grupos sociais – indígenas, afrodescendentes, pessoas que vivem em zonas rurais ou provenientes de famílias socialmente desfavorecidas – contam com menores possibilidades de sustentar suas trajetórias educacionais e obter aprendizagens pertinentes e significativas. A América Latina ainda é uma das regiões mais desiguais do mundo, e a desigualdade se manifesta não apenas na dimensão econômica da vida, mas também na dimensão educacional.

Em suma, a sistematização aqui apresentada e as pesquisas recentes revelam pelo menos três desafios enfrentados pelo processo de expansão do ensino médio na América Latina: universalizar o acesso, promover a continuidade da trajetória e garantir a relevância da oferta em termos de qualidade. Esses desafios são múltiplos e simultâneos e refletem uma tensão complexa entre a expansão da secundária e o modelo institucional (Acosta, 2019). Já não basta garantir o acesso; é fundamental assegurar a permanência e a conclusão do nível, bem como a apropriação de todo o conhecimento que se propõe transmitir.

Ao longo deste documento, apresentamos um mapeamento das intervenções políticas implementadas pelos Estados, orientadas a garantir uma educação secundária equitativa e de qualidade. O levantamento e o estudo das experiências de trabalho para melhorar as trajetórias escolares em toda a região nos permitem delinear, de forma resumida, algumas propostas-chave a serem consideradas pelos responsáveis pelo desenvolvimento de políticas públicas nessa área.

- Promover estratégias de intervenção intersetoriais que abordem as causas que geram exclusão e desigualdade dentro e fora dos sistemas educacionais. O planejamento de políticas para melhorar as trajetórias educacionais de jovens em contextos vulneráveis exige deixar de lado intervenções pensadas exclusivamente como "educacionais" para se pensar em ações intersetoriais que abordem as causas que geram exclusão e desigualdade dentro e fora dos sistemas educacionais. A interrupção da trajetória educacional é resultado de um conjunto de fatores internos e externos aos sistemas, o que requer o desenvolvimento de políticas que os abordem de forma integral. O trabalho das escolas imersas em contextos de exclusão demanda ações que considerem, simultaneamente, questões sociais, de moradia, urbanização, alimentação e saúde pública. A pobreza atravessa a vida dos indivíduos e sua experiência escolar: o acesso pleno, a permanência e a aprendizagem de todos os estudantes exigem o desenvolvimento de políticas que ultrapassem a esfera escolar.

- Promover políticas que incentivem a construção de experiências de escolarização comuns, mas flexíveis. O planejamento da política educacional deve orientar a construção de sistemas flexíveis que favoreçam a possibilidade de retomar trajetórias educacionais interrompidas. Isso implica oferecer oportunidades múltiplas e variadas para diferentes propósitos: acessar e complementar os estudos em qualquer nível educacional; oferecer diferentes modalidades e possibilidades de ingresso ou reingresso; facilitar o aperfeiçoamento e a formação vinculados ao trabalho; facilitar diferentes

itinerários formativos e o estabelecimento de pontes entre eles, permitindo que cada pessoa construa seu próprio projeto de formação. Para que isso seja possível, é necessário criar sistemas educacionais flexíveis, em que os que interromperam sua trajetória possam retomá-la a qualquer momento da vida. O pressuposto monocrônico no qual se baseia o funcionamento do sistema educacional é um elemento com alto potencial de exclusão, para o qual se deve buscar uma alternativa.

- Favorecer a institucionalização de estratégias de acompanhamento escolar. A possibilidade de gerar boas experiências escolares que contribuam para que as trajetórias sejam contínuas e completas na passagem dos estudantes no nível secundário demanda a possibilidade de um suporte através de instâncias de acompanhamento escolar. A experiência das instituições que progrediram nesse aspecto revela a importância das tutorias para a transição para a secundária. É fundamental sua institucionalização e formalização, bem como o desenvolvimento de um planejamento de trabalho para os tutores e a respectiva avaliação, afastando-se assim das experiências informais que ainda existem em alguns países da região.

- Desenvolver sistemas de alerta para a detecção e intervenção precoce sobre situações de evasão escolar. Apesar das diversas intervenções desenvolvidas pela política educacional nas últimas décadas, as escolas secundárias da região continuam apresentando taxas de evasão muito altas. É essencial desenvolver uma escola mais inclusiva, que não expulse, mas que, ao mesmo tempo, a partir de níveis mais altos, desenvolva um sistema de alerta para a detecção e intervenção imediata em casos de evasão escolar. O processo de desvinculação com a instituição escolar costuma ser progressivo, dá indícios; a desfiliação é processual. Portanto, é estratégico intervir imediatamente quando uma situação de possível abandono é detectada.

7. Referências bibliográficas

Instituto Internacional de Planejamento Educacional da UNESCO [UNESCO IIPE] e CLADE (2021). *Desigualdades Educativas en América Latina: tendencias, políticas y desafíos.* https://www.buenosaires.iiep.unesco.org/es/publicaciones/desigualdades-educativas-en-america-latina

Acosta, F. (2019). *Las políticas para la escuela secundaria: análisis comparado en América Latina.* IIPE UNESCO.

_____ (2021). *Diversificación de la estructura de la escuela secundaria y segmentación educativa en América Latina.* Documentos de Proyectos (LC/TS.2021/106). Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe [CEPAL].

Claus, A. (2018). *El Impacto de la Infraestructura Escolar en los Aprendizajes de las Escuelas Secundarias.* III Congreso Latinoamericano de Medición y Evaluación Educacional (COLMEE 2018). INNEd, INEE, MIDE-UC, INEVAL.

López, N. (2007). *Las nuevas leyes de educación en América Latina: una lectura a la luz del panorama social de la región*. IIPE UNESCO.

_____(2015). *Las leyes generales de educación en América Latina. El derecho como proyecto*

político. IIPE UNESCO.

UNESCO (2017). *Qingdao Statement: strategies for leveraging ICT to achieve Education 2030*.

.

unesco

SITEAL EDUCAÇÃO BÁSICA